

CLIPPING

04 de Dezembro de 2018
O Liberal – Atualidades, 7

ATERRO

MPPA diz que não há onde atirar o lixo

CRISE - Promotora Ana Maria Magalhães convoca prefeituras para encontrar alternativas e evitar um lixão em três cidades

Não existe lugar, no momento, para depositar o lixo dos municípios de Ananindeua, Belém e Marituba. O atual aterro, localizado em Marituba, não suporta mais o que tem e deve se esgotar no prazo máximo de quatro anos. Além disso, o tempo é reduzido para viabilizar um novo aterro sanitário. Foram estes os sinais de alerta apresentados ontem pela promotora de Justiça de Meio Ambiente de Marituba, Ana Maria Magalhães de Carvalho, durante reunião com representantes das três principais cidades da Região Metropolitana de Belém.

Até mesmo um estudo de viabilidade social, econômica e ambiental para os resíduos sólidos dos três municípios, em fase de formulação por engenheiros da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), ligada à Universidade Federal do Pará (UFPA), a ser apresentado ao Ministério Público do Estado (MPPA) na próxima segunda-feira, 10 - que pode ser uma alternativa para o problema -, será viável de forma gradativa e não é uma iniciativa que pode ser implementada do dia para a noite.

Segundo Ana Maria Magalhães de Carvalho, a Fadesp garante que possui um projeto viável, caso a empresa saia do aterro, uma opção da qual o Estado do Pará deve ser o grande centro e não somente os municípios que participam do atual consórcio. "Não estamos reféns da empresa e já temos liminar que a impede de deixar o aterro de repente", garantiu a promotora. "Agora, se essa empresa parar de receber o lixo, os municípios vão se transformar em lixões a céu aberto, porque o Aurá, em Ananindeua, não tem condições de receber lixo de lugar nenhum".

Ela lembrou que quando o lixão foi transferido de Ananindeua o lençol freático já estava começando a se contaminar, o que resultaria em sérios problemas de saúde à população dos três municípios. "O Ministério Público vai empreender esforços para evitar que os municípios fiquem prejudicados", afirmou. Depois da entrega do projeto pela Fadesp ao MPPA, informou, a promotora vai encaminhar a proposta aos municípios para uma avaliação com prazo de dez dias. Uma nova reunião já está agendada para o

com as medidas que adotamos", lembrou. "Hoje podemos dizer que o lugar se assemelha a um aterro, mas é necessário que outras medidas sejam tomadas, porque foi a própria empresa que ofereceu seus serviços. Então, tem que prestar o serviço com qualidade e foi essa boa fé que fez com que as prefeituras a aceitassem".

Ainda segundo a promotora Ana Maria Magalhães, ficou decidido que será formado um grupo de estudo, com absoluta necessidade de participação do governo do Estado, com o qual as tratativas do MPPA serão encaminhadas a partir de janeiro.

Também ontem, a empresa Guamá declarou em nota que desde 2016 não possui contrato formal com as prefeituras da RMB, recebendo a

Fadesp tem proposta cuja execução não deve ser tão rápida e aterro de Marituba já não suporta o material que recebe todos os dias

“A reunião não foi para cobrar recursos nem tratar sobre os valores pagos por tonelada-lixo entre a empresa contratada e as prefeituras, pois esse não é o papel do MPPA”, esclareceu a promotora. “O principal motivo foi chamar as prefeituras para encontrarmos alternativas para o aterro sanitário”. Ainda reverbera, no entanto, o anúncio feito pela empresa Unidade de Valorização Sustentável Guamá Tratamento de Resíduos, administradora do aterro sanitário de Marituba, de que terá esgotada sua capacidade de recebimento de resíduos em maio de 2019.

dia 23 de dezembro.

Do encontro de ontem, das 10 às 13h, participaram o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho (PSDB), o procurador geral de Ananindeua, Sebastião Godinho, e os secretários de Serviços Urbanos, Augusto Soares, e de Meio Ambiente, Elival Faustino, e o secretário de Meio Ambiente de Marituba, Ismaily Delfino.

A promotora disse também que vai chamar a Guamá Tratamento de Resíduos para tratar do assunto até a próxima sexta-feira, 7. “A empresa fez melhorias, obrigada pelo Ministério Público, e até prisões ocorreram

título de indenização. Mesmo após o encerramento das atividades do aterro sanitário, previsto para maio de 2019, reforçou, quando o empreendimento “deixará de receber os resíduos sólidos”, seguirá com os compromissos determinados no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Pará, cumprindo com os custos e obrigações legais que envolvem o monitoramento ambiental de gases e chorume por até 20 anos após o encerramento das operações, de modo a garantir a segurança ambiental.